

Lisboa, 14 de Maio de 2024

Assunto: O Futuro da Internet e o papel do Parlamento Europeu

Prezado candidato ao Parlamento Europeu,

Estamos a escrever-lhe como membros da direção, do Capítulo português da Internet Society, uma organização global sem fins lucrativos dedicada a promover uma Internet aberta, conectada globalmente, confiável e segura. Escrevemos também na nossa condição de cidadãos que se preocupam profundamente com a importância da Internet e com a privacidade e a segurança de todas as pessoas online.

À medida que se aproximam as eleições europeias de 2024, queremos expressar o nosso apoio à Internet aberta e segura e ao uso sem restrições da criptografia, e pedir-lhe que se comprometa a defender uma Internet confiável, resiliente, segura e inclusiva para todos quando for eleito para o cargo.

A Internet desempenha um papel fundamental na promoção do crescimento económico e do progresso social. Tendo em conta o impacto significativo da legislação e das políticas da União Europeia na vida quotidiana dos cidadãos, nas operações das empresas e nas nossas economias e sociedades em geral, é essencial que a UE e os seus Estados-Membros adotem políticas e promovam desenvolvimentos tecnológicos e regulatórios que defendam a natureza aberta e sem fronteiras da Internet.

No entanto, a visão atual da Internet como um espaço perigoso, governado por “maus atores” e infestado de desinformação, apresenta desafios significativos que exigem a responsabilidade coletiva na proteção do futuro da Internet. No contexto deste apelo, e no presente ciclo político, pensamos que os decisores políticos se deverão concentrar especialmente nas linhas abaixo.

1) Proteger a criptografia e a privacidade

Proteger a criptografia quanto à sua eficácia é essencial para garantir a segurança e a privacidade online. Embora alguns vejam a criptografia como uma barreira à aplicação da lei, o enfraquecimento da criptografia de fim a fim (E2EE - End-to-end Encryption) apresenta na realidade sérios riscos para a privacidade e a segurança de milhões de utilizadores europeus na

Internet, bem como dos seus dados e comunicações, **e até especialmente as crianças**. É importante que os dados em claro só possam ser acedidos pelos destinatários pretendidos, mantendo a integridade da E2EE. Embora reconheçamos as preocupações sobre as dificuldades de aplicação da lei, é vital compreender que comprometer sistematicamente a segurança digital não é uma solução viável e constitui uma perigosa rampa deslizante. Qualquer solução tem de ser proporcional e pesar os prós e contras da sua aplicação. O **Guia Parental para a Criptografia**, recentemente publicado, é um recurso muito valioso e mostra como as crianças podem ser defendidas online.

Além disso, qualquer tentativa de inferir o conteúdo da comunicação, inclusive através da chamada “client-side scanning” (“inspeção do lado do cliente”) deve ser firmemente combatida. Há um mal-entendido comum de que a E2EE pode coexistir com “client-side scanning” antes da aplicação da criptografia. O “client-side scanning” prejudica a própria essência da criptografia e constitui um elevado perigo do ponto de vista da segurança, como o **afirmaram recentemente** um conjunto de reputados especialistas em segurança. A seguinte analogia pode ajudar a esclarecer o equívoco: quebrar a criptografia é abrir uma carta lacrada e ler o conteúdo antes que ela chegue ao destinatário; a inspeção do lado do cliente é ter alguém olhando por cima do seu ombro enquanto este escreve a carta. O objetivo da criptografia é assim fundamentalmente prejudicado, bem como todos os seus benefícios.

Nesta conformidade, pedimos que se comprometa a promover e proteger a criptografia e considere cuidadosamente as consequências de apoiar ou sugerir qualquer legislação que prejudique explícita ou implicitamente o uso da E2EE.

2) Conectando o Desconectado

A conectividade é fundamental para a educação, o desenvolvimento económico e o envolvimento social. Por conseguinte, apoiamos fortemente o objetivo da UE para 2030 de fornecer conectividade gigabit em toda a UE. No entanto, garantir o acesso digital universal aos cidadãos europeus, por exemplo em zonas rurais ou remotas, exige investimentos substanciais por parte dos operadores de telecomunicações e é imperativo expandir os fundos públicos.

Qualquer política que proponha um mecanismo de “remetente paga” / “sender-pays” (ou a chamada “partilha justa”) para o tráfego da Internet, garantindo que os fornecedores de conteúdos paguem aos operadores de telecomunicações uma taxa pela expansão e melhoria da infraestrutura de rede, poderia prejudicar o ecossistema da Internet. Além disso, não há provas de falhas de mercado, como salientado pela análise preliminar do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações



Electrónicas (BEREC) e pelas respostas à consulta pública da Comissão Europeia. Nos casos em que o fornecimento da conectividade a Gigabit se revelar economicamente inviável, por exemplo por manifesta baixa densidade de clientes, deve o Estado, no âmbito da sua legítima responsabilidade, liderar o desenho das soluções e controlar a sua execução com os mecanismos ao seu dispor, por exemplo taxas, sem condicionar o modelo de sustentação da conectividade universal aos interesses empresariais dos gigantes digitais e dos operadores de telecomunicações privados.

Um aspeto fundamental para manter as pessoas ligadas é ainda compatibilizar a capacidade de circulação de dados através das fronteiras, quando tal se revela tecnicamente mais eficiente, com os requisitos de soberania de dados que podem requerer o alojamento dados num determinado país ou região geográfica. É importante estabelecer quadros exequíveis sobre a forma como a privacidade e segurança são salvaguardadas quando os dados estão localizados noutras jurisdições e reconhecer que a segurança dos dados depende fortemente de medidas técnicas adequadas e não simplesmente de restrições sobre a localização de dados.

Por conseguinte, instamos-vos a manter políticas que apoiem a conectividade para todos e não criem lacunas adicionais de conectividade entre os cidadãos da UE.

Teríamos todo o prazer em participar em discussões sobre estas questões importantes no quadro das eleições europeias que se avizinham.

Com os melhores cumprimentos,

Pela Direção do Capítulo Português da Internet Society, presidente

Nuno M. Guimarães

direcao@isoc.pt

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nuno M. Guimarães", written over a horizontal line.